



**ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA
DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL
- 2012 -**

00 Ao vigésimo terceiro dia do mês de maio do ano de dois mil e doze, no auditório
01 do IBRAM, edifício sede, 2º andar, reuniram-se: RENATA FORTES FERNANDES
02 (Presidente da Câmara de Compensação Ambiental – CCA); ALDO CÉSAR VIEIRA
03 FERNANDES (Superintendência de Licenciamento e Fiscalização – SULFI/IBRAM);
04 ANDRÉA PEREIRA LIMA (Superintendência de Programas, Estudos e Monitoramento
05 – SUPEM/IBRAM); PEDRO LUIZ CEZAR SALGADO (Superintendência de Gestão de
06 Áreas Protegidas – SUGAP/IBRAM); ALESSANDRA DO VALLE ABRAHÃO SOARES e
07 ROGÉRIO DE CASTRO DUARTE E SILVA (Unidade de Administração Geral –
08 UAG/IBRAM); EDUARDO LUIZ DELLA ROCCA e MARIANA MUNHOZ DA MOTA
09 (Procuradoria Jurídica do IBRAM - PROJU/IBRAM); os membros da Unidade de
10 Compensação Florestal e Ambiental, no papel de Secretária Executiva da CCA, ANA
11 CAROLINE PAIVA ANTUNES DE ALMEIDA, RICARDO RORIZ e SAMUEL DE JESUS

Ata da 2ª Reunião Ordinária da CCA - 2012



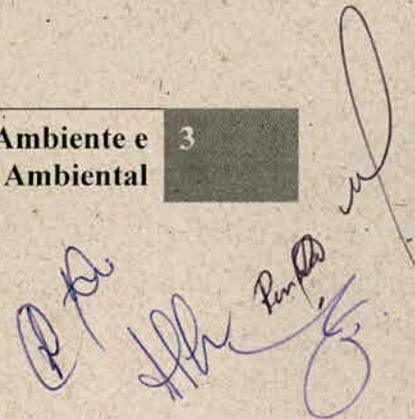
12 SILVA LIMA, além dos convidados Eliene Muniz de Matos Navarro e Ricardo Novais
13 Rodrigues da Silva, para dar início aos trabalhos da segunda reunião ordinária do
14 ano de 2012 da Câmara de Compensação Ambiental, instituída pela Instrução nº
15 24, de 31 de março de 2010. Que teve a seguinte pauta: **1.** Compensação
16 Florestal – Direcional, processo nº 391.000038/2012; **2.** Compensação Florestal –
17 Infraero, processo nº 391.001222/2012; **3.** Compensação Florestal –CEB, processo
18 nº 391.000010/2011; **4.** Compensação Ambiental – Setrans – EPTG, processo nº
19 190.000392/2006; **5.** Compensação Ambiental – LUNER, processo nº
20 391.000318/2012; **6.** Compensação Florestal – JFE 23, processo nº
21 391.000173/2012, e **7.** Compensação Ambiental – TERRACAP, SH Riacho Fundo II,
22 processo nº 391.000670/2011. Verificado o quórum, com a ausência inicial da
23 Presidente, iniciou os trabalhos o senhor Aldo César Vieira Fernandes, na forma
24 prevista no regimento interno, passando a palavra ao senhor Ricardo Roriz para
25 que procedesse à leitura da pauta. Feito isto, o senhor Ricardo Roriz justificou que
26 a retirada do item 2 da pauta, Compensação Florestal Infraero, foi devido a falta de
27 proposta para a aplicação dos recursos e que o item 5 foi retirado em virtude de
28 entendimento com a SUGAP, após reunião com representantes da Construtora
29 Luner. Na sequência, os membros aprovaram a inversão da pauta para apreciação

Ata da 2ª Reunião Ordinária da CCA - 2012

CCA

30 dos itens menos complexos inicialmente, com isso passou-se à discussão do item
31 3, Compensação Florestal CEB. Preliminarmente, o senhor Ricardo Roriz explicou
32 que esse processo reunia todas as compensações florestais da CEB, desde 2005, em
33 um total de dez processos, e que foi firmado um Termo de Compromisso para
34 plantio de cinquenta por cento do total de mudas, sendo que os outros cinquenta
35 por cento serão convertidos em doação de bens, equipamentos e prestação de
36 serviços. Explicou ainda que essa compensação florestal já foi assunto da pauta da
37 reunião anterior, onde ficou decidido que o valor seria utilizado na implantação de
38 sistema de iluminação por meio de postes e luminárias com tecnologia fotovoltaica
39 no Parque da Asa Sul e, caso sobrassem recursos, no Parque Ezechias Heringer;
40 desse modo, foi elaborada minuta de Termo de Compromisso e apresentado a
41 CEB. Porém, a CEB declarou não ter como realizar a instalação dos postes de
42 energia fotovoltaica por motivos técnicos e de normatização, e apresentou como
43 contraproposta a instalação de postes para energia convencional. Diante disso,
44 acrescentou o representante da Secretaria Executiva, foi marcada uma reunião com
45 representantes da CEB, que expuseram seus motivos e proposta, pelo que foi
46 resolvido que seria apresentada a CCA a proposta para retificar a Deliberação
47 001/2012 para que seja instalada energia convencional no Parque Ezechias

Ata da 2ª Reunião Ordinária da CCA - 2012



CCA

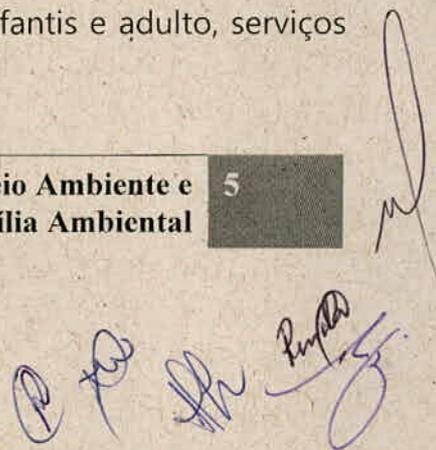
48 Heringer e, caso sobre recursos, no Parque Águas Claras, além disso, a CEB seria
49 responsável por uma reforma no quadro geral de iluminação dos referidos parques,
50 de forma a otimizar o sistema. A senhora Andréa Pereira Lima perguntou se a
51 iluminação dos parques já não seria uma obrigação da CEB, visto serem os parques
52 áreas públicas. O senhor Eduardo Luiz Della Rocca mostrou-se solidário à dúvida
53 da senhora Andréa, perguntando por que o Ibram deveria arcar com os custos da
54 iluminação, no caso disso ser obrigação da CEB. O senhor Pedro Luiz Cesar Salgado
55 afirmou que não tem certeza se é obrigação da CEB a iluminação dos Parques,
56 pois, em que pese tratar-se de área pública, é uma área fechada. A senhora
57 Mariana Munhoz defendeu que fosse aprovada a proposta apresentada sob
58 condição de consulta a PROJU sobre a obrigatoriedade ou não de a CEB iluminar
59 os parques. A presidente da CCA, Renata Fortes Fernandes indagou a convidada,
60 senhora Eliene Navarro, sobre as dúvidas que cercavam a discussão. A senhora
61 Eliene Navarro informou que a iluminação das áreas públicas é demandada pela
62 Administração Regional e, portanto, quem paga a conta é a Administração
63 Regional. Quanto à iluminação fotovoltaica, a senhora Eliene Navarro atribuiu a
64 impossibilidade de implantação a fatores técnicos e incipiência da tecnologia no
65 Distrito Federal e da legislação afim. Após ampla discussão, os membros da

Ata da 2ª Reunião Ordinária da CCA - 2012



67 Câmara deliberaram, por unanimidade, pela aprovação da proposta apresentada
68 para que seja retificada a Deliberação nº 001/2012, e que os recursos sejam
69 utilizados para implantação de iluminação convencional no Parque Ezechias
70 Heringer e, caso sobrem recursos, no Parque Águas Claras, tudo isso sob condição
71 de consulta a PROJU sobre a obrigatoriedade ou não de a CEB instalar o sistema
72 de iluminação nos parques. Superada essa etapa, passou-se a discussão sobre a
73 Compensação Florestal da empresa Direcional, empreendimento Porto Pillar. O
74 senhor Ricardo Roriz apresentou aos membros algumas informações sobre o
75 processo, informando as indicações feitas pela GEFLO, bem como a proposta para
76 destinação dos recursos feita pela SUGAP em conjunto com Presidência. A
77 proposta é no sentido de utilizar os recursos na implantação da segunda etapa do
78 Parque da Asa Sul, com instalação de Pista de *skate*, Quiosques, implantação de
79 pergolados para sombreamento natural, guarita, novo acesso junto à via L2, com
80 estacionamento externo, iluminação fotovoltaica, conforme anunciado na
81 inauguração da 1ª etapa, sinalização; em obras de recuperação e restauração, no
82 Parque Saburo Onoyama, da lanchonete (área da piscina), sede administrativa do
83 parque, vestiários e banheiros masculinos e femininos, lanchonetes (área das
84 quadras), quadras poliesportivas, quadra de areia, piscinas infantis e adulto, serviços

Ata da 2ª Reunião Ordinária da CCA - 2012



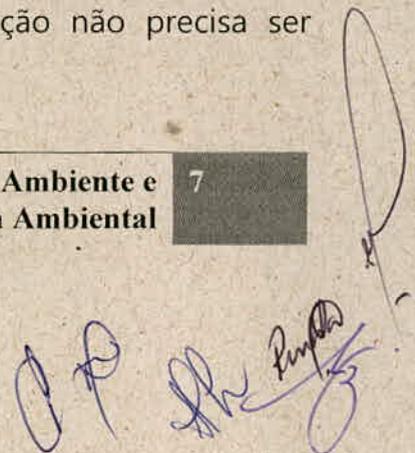
85 externos de calçamento, pisos de madeira, mesas, bancos, sinalização, além de
86 aquisição de três totens interativos fabricados em MDF equipados com monitores
87 LCD de 40", com tecnologia *touch screen*; desenvolvimento de conteúdo interativo
88 em dois idiomas e transporte para o Rio de Janeiro e deste para Brasília. A senhora
89 Alessandra Abrahão Soares chamou atenção para a previsão dos cuidados
90 necessários para a manutenção das piscinas no Parque Saburo Onoyama, já a
91 senhora Alessandra do Valle Abrahão Soares apontou a necessidade de avaliação
92 e homologação do *software* pela equipe técnica da Gerência de Tecnologia da
93 Informação do Ibram, como forma de resguardar o Instituto de eventuais
94 problemas. Após discussão, o colegiado deliberou, por unanimidade, pela
95 aprovação da proposta, com a ressalva de que o *software* deve ser avaliado
96 previamente pela equipe da Gerência de Tecnologia da informação. Na sequência,
97 foi apresentado o item 4 da pauta, compensação ambiental, Setrans - EPTG. O
98 senhor Ricardo Roriz explicou tratar-se de Compensação Ambiental e Florestal
99 devida pela implantação da terceira faixa da EPTG, e que já há Termo de
100 Compromisso assinado como destinação dos recursos para implantação de ciclovia
101 e *Cooper via* no Parque Ezechias Heringer, porém o empreendedor não conseguiu
102 iniciar as obras em tempo hábil, o que levou a decisão de que se buscasse realizar

Ata da 2ª Reunião Ordinária da CCA - 2012



103 a ciclovia e cooper via com outros recursos e que esses recursos (os da EPTG)
104 fossem utilizados em outro local. Surgiu, então, a demanda do Jardim Botânico
105 para que fossem pavimentadas as vias de acesso à Escola Classe Jardim Botânico -
106 ECJB, que funciona no interior do Jardim Botânico, e ao viveiro. O representante da
107 Secretaria Executiva apresentou a proposta para utilização dos recursos na
108 pavimentação das vias supracitadas, justificando que, durante o período da seca, a
109 poeira das vias causa muitos problemas respiratórios aos estudantes e, inclusive, é
110 fator que contribui para a evasão escolar. Porém explicou que apenas os recursos
111 da Compensação Florestal poderão ser utilizados no Jardim Botânico, já que os
112 recursos de Compensação Ambiental só poderão ser utilizados em Unidades de
113 Conservação diretamente afetadas pelo empreendimento. O senhor Aldo César
114 defendeu que fosse combinado com o empreendedor para pavimentar a totalidade
115 das vias com os recursos da Compensação Florestal da EPTG e os recursos que
116 faltassem fossem descontados de Compensações Florestais futuras da Secretaria de
117 Transportes do DF. O senhor Pedro Salgado ponderou que isso não é garantido,
118 visto que as obras do Programa de Transporte Urbano são financiadas pelo BID, e
119 poderia existir algo que tornasse isso inviável. A senhora Alessandra Abrahão
120 Soares esclareceu que o valor complementar da pavimentação não precisa ser

Ata da 2ª Reunião Ordinária da CCA - 2012





121 necessariamente descontado de Compensações Florestais futuras, mas sim das que
122 já existem, mas ainda não foram calculadas, sugerindo uma ação para este cálculo.
123 O senhor Pedro Salgado avaliou que não cabe para o caso destinar recursos ainda
124 não definidos e sim destinar os que já estão disponíveis, que, no caso, é o total de
125 recursos da Compensação Florestal. Após ampla discussão, os membros do
126 colegiado deliberaram, por unanimidade, pela revogação do Termo de
127 Compromisso de Compensação Ambiental e Florestal da Secretaria de Transportes
128 - EPTG e que seja formalizado um novo Termo de Compromisso destinando os
129 recursos da Compensação Florestal para pavimentação das vias de acesso à escola
130 e ao viveiro no Jardim Botânico de Brasília; e ainda que os recursos da
131 Compensação Ambiental sejam utilizados na aquisição de veículos-pipa para apoio
132 ao combate a incêndios florestais. Em seguida, foi apresentado o processo de
133 Compensação Florestal da empresa JFE 23, item 6 da pauta, com indicação de que
134 mais de oitenta por cento já foi executado e que a proposta é que o restante dos
135 recursos seja utilizado na aquisição de equipamentos usados em vistorias da
136 SUGAP. Alessandra do Valle Abrahão Soares defendeu a utilização dos recursos em
137 pequenos reparos nas edificações dos parques. O senhor Pedro Salgado mostrou-
138 se contrário a essa destinação, sob argumento de que em muitos parques já há

Ata da 2ª Reunião Ordinária da CCA - 2012

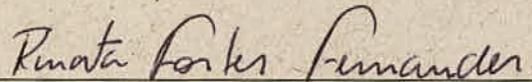
139 previsão de reformas, além disso, os recursos da Compensação Florestal da JFE que
140 ainda não foram utilizados não são suficientes para as reformas. Os membros
141 discutiram e deliberaram, por maioria, pela aprovação da destinação dos recursos
142 da Compensação Florestal da JFE 23 para aquisição de equipamentos para a
143 SUGAP. Após isso, o senhor Ricardo Roriz apresentou aos membros presentes o
144 item 7 da pauta, Compensação Ambiental – Terracap – SH Riacho Fundo II,
145 explicando que o processo já foi apreciado pelo colegiado, que na ocasião
146 deliberou por firmar um novo Termo de Compromisso, com correção do valor da
147 Compensação Ambiental por um índice de inflação oficial do GDF, entretanto a
148 Terracap discordou da deliberação, razão pela qual interpôs recurso ao colegiado
149 para manutenção do Termo de Compromisso vigente, sem correção monetária do
150 valor previsto, sob alegação de não ter dado causa ao atraso na quitação do objeto
151 do Termo, ficando os recursos provisionados sem haver nenhuma remuneração
152 sobre os mesmos. A representante da UAG explicou que é obrigação da Terracap
153 manter o valor aplicado, por essa razão defendeu que seja mantida a decisão do
154 colegiado para correção monetária do valor da compensação. Da mesma forma, a
155 senhora Mariana Munhoz informou que a correção monetária não é uma punição
156 ao empreendedor, mas sim uma medida que visa à manutenção do valor da

Ata da 2ª Reunião Ordinária da CCA - 2012



CCA

157 moeda. Os membros discutiram e deliberaram, por unanimidade, pelo
158 indeferimento do recurso da Terracap, para manter o valor corrigido da
159 Compensação Ambiental. Nada mais foi dito nem decidido. Eu, Samuel de Jesus
160 Silva Lima, servidor lotado na UCAF e, portanto, membro da Secretaria Executiva da
161 CCA/IBRAM, conforme disposto na Instrução nº125, de 1º de dezembro de 2011,
162 redigi a presente ata, que lida e aprovada, segue rubricada e assinada por todos os
163 membros que participaram da 2ª Reunião Ordinária da CCA de 2012.



RENATA FORTES FERNANDES

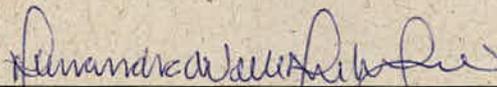
Presidente da Câmara de Compensação Ambiental



ALDO CESAR VIEIRA FERNANDES

Superintendência de Licenciamento e Fiscalização – SULFI

Membro Titular

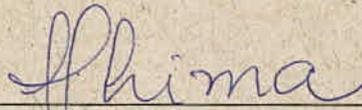


ALESSANDRA DO VALLE ABRAHÃO SOARES

Unidade de Administração Geral - UAG

Membro Titular

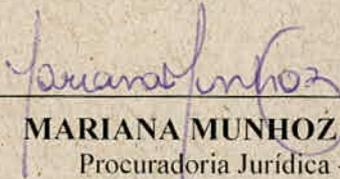
Ata da 2ª Reunião Ordinária da CCA - 2012



ANDRÉA PEREIRA LIMA
Superintendência de Programas, Estudos, e Monitoramento
e Educação Ambiental – SUPEM
Membro Suplente



EDUARDO LUIZ DELLA ROCCA
Procuradoria Jurídica – PROJU
Membro Titular



MARIANA MUNHOZ DA MOTA
Procuradoria Jurídica - PROJU
Membro Suplente



PEDRO LUIZ CEZAR SALGADO
Superintendência de Gestão de Áreas Protegidas – SUGAP
Membro Titular

PAULO HENRIQUE OLIVEIRA BUENO
Superintendência de Gestão de Áreas Protegidas – SUGAP
Membro Suplente



ROGÉRIO DE CASTRO DUARTE E SILVA
Unidade de Administração Geral – UAG
Membro Suplente

Ata da 2ª Reunião Ordinária da CCA - 2012